

A UTILIZAÇÃO DE OPERAÇÕES TEMÁTICAS DE ENFRENTAMENTO AO CRIME COMO FERRAMENTAS DE DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO NA PRF

 Fabio Elissandro Cassimiro Ramos

Polícia Rodoviária Federal, Brasília/DF, Brasil.
E-mail: fabiocassimioramos@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo contribuir com o tema de gestão de pessoas à medida que evidencia uma abordagem transversal da capacitação e da gestão do conhecimento na atividade finalística da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Para tanto, utilizou-se como estratégia metodológica a revisão bibliográfica triangulada com a pesquisa documental e coleta de dados em campo, de forma a evidenciar o aporte das Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime para a capacitação profissional e efetividade da gestão do conhecimento. Na análise dos resultados ficou demonstrado o elevado grau de satisfação dos servidores envolvidos, o reconhecimento como prática de difusão do conhecimento, a característica motivadora e o interesse do colaborador na participação em dinâmicas operacionais semelhantes.

Palavras-chave: Cultura Organizacional. Educação Corporativa. Gestão do Conhecimento. Eficiência Operacional.

THE USE OF THEMATIC OPERATIONS TO FIGHT CRIME AS TOOLS FOR DISSEMINATION OF KNOWLEDGE IN THE PRF

ABSTRACT: The present work aims to contribute to the theme of personnel management as it highlights a transversal approach to training and knowledge management in the final activity of the Federal Highway Police (PRF). To this end, the methodological strategy used was a bibliographic review triangulated with documentary research and field data collection, to highlight the contribution of the Thematic Operations to Fight Crime for professional training and effective knowledge management. In the analysis of the results, it was shown the high degree of satisfaction of the servers involved, the recognition as a practice of knowledge dissemination, the motivating characteristic, and the interest of the collaborator in participating in similar operational dynamics.

Keywords: Organizational Culture. Corporate Education. Knowledge Management. Operational Efficiency.

Introdução

A Complexidade do mundo hodierno enseja uma constante e complexa mudança nos processos organizacionais. Nessa conjuntura, o tema Gestão do Conhecimento possui relevância estratégica, uma vez que evidencia ser um fator de integração entre o resultado e a longevidade corporativa. Ainda, por ser uma área interessante para pesquisa e aprendizado contínuos, a gestão do conhecimento possui contemporaneidade e relevância para figurar como ferramenta estratégica de gestão de pessoas em um ambiente organizacional. Assim, fomentar boas práticas de gestão do conhecimento nas organizações de segurança pública podem ser de grande valia para o desenvolvimento de ações policiais mais eficazes e, por consequência, o aumento da satisfação social.

Na linha do que já fora evidenciado por Júnior (2021), o cenário de evolução iniciado na revolução industrial além de ser responsável por grandes alterações estruturais em boa parte das instituições, é também responsável por tornar a gestão do conhecimento nas organizações o protagonista de sucesso para sobrevivência às adversidades. Nessa mesma lógica, diante das complexas mudanças sociais, as instituições de segurança pública devem estar atentas para as ferramentas de gestão do conhecimento que possibilitem disseminar as melhores práticas de atuação profissional aos servidores envolvidos nas atividades finalísticas do órgão.

Corroborando para tal afirmação, Hamada (2020) afirma que a gestão do conhecimento na segurança pública ganhou mais relevância a partir de 2003, com o advento da Política Nacional de Segurança Pública. O mesmo autor faz um levantamento de práticas de sucesso nas instituições de segurança pública que se valeram da gestão do conhecimento como ferramenta de disseminação de informação e melhoria dos resultados institucionais.

Diante do exposto, o presente trabalho tem os objetivos analisar a sistematização das Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime (OT's) na Polícia Rodoviária Federal (PRF) como ferramentas de gestão do conhecimento, à luz da literatura existente, bem como mensurar a percepção dessas iniciativas operacionais pelos servidores envolvidos. Para tanto, a pesquisa buscou triangular as informações extraídas do levantamento bibliográfico, da análise de documentos normativos e da pesquisa de campo resultante da aplicação de questionários estruturados direcionados ao efetivo da PRF.

Para melhor compreensão da proposta, o trabalho foi segmentado em três partes principais. Na primeira, contextualiza-se o leitor acerca dos temas educacionais e organizacionais relacionados. Na segunda parte é realizada uma explanação sobre a PRF e o histórico das OT's. Na terceira parte, apresenta-se a sistematização das OT's, bem como os resultados e discussões acerca do questionário

aplicado ao efetivo. Nas considerações finais são expostos argumentos que suscitam reflexões sobre o assunto abordado.

Nesse sentido, o presente trabalho perpassa por visões teóricas acerca do tema da gestão do conhecimento em uma instituição de segurança pública. Buscando, dessa forma, contribuir para os debates acerca do cunho transversal das iniciativas operacionais com caráter educacional.

Referencial Teórico

Capital humano

Segundo Schultz (1964), o desenvolvimento da população, decorrente de investimentos em sua educação, proporcionariam um aumento na produtividade no trabalho e consequente lucro, com resultados positivos na economia. Ao se traçar uma analogia entre produtividade e efetividade, podemos traduzir que o investimento no desenvolvimento do colaborador aumenta o potencial de sucesso institucional. Nesse viés, levando-se em conta a dinâmica das relações sociais atuais, torna-se estratégico o investimento na educação do colaborador, sobretudo em tópicos correlacionadas à sua atividade profissional, de modo a abarcar a maior multidimensionalidade e transversalidade, ou seja, o conhecimento pertinente (MORIN, 2000, p. 35-36).

Nesse sentido, Castro Belo (2021) afirma que a área de segurança pública possui desafios cada vez mais complexos, o que reforça o entendimento de que a gestão eficiente do capital humano deve ser pautada por bases sólidas. Além disso, o autor enfatiza que o gerenciamento eficiente do capital humano acarreta resultados positivos na prestação de serviços à sociedade. Dessa maneira, o capital humano corresponde a um valioso recurso para o planejamento e implementação de estratégia institucional de segurança pública (SANTANA, 2020).

Júnior e Cândido (2019), ao tratar sobre a importância do treinamento continuado nas instituições de segurança pública, enfatizam a importância do capital humano nas organizações, uma vez que este é diretamente ligado em todos os setores das organizações. Nesta perspectiva, De Lima (2020), evidencia que o desenvolvimento do capital é de responsabilidade de todos na instituição e a sua valorização torna-se variável importante na geração de vantagem competitiva, destarte contribuindo para o aperfeiçoamento da cultura organizacional.

Cultura Organizacional

Hofstede, Hofstede e Minkov (2010) evidenciam a cultura organizacional como “a

programação coletiva da mente que distingue os membros de uma organização de outra”. Assim, a cultura direciona a organização para consecução dos objetivos. Por outro lado, Ferreira e Costa (2014), afirmam que possuir uma cultura forte, conservadora e resistente a mudanças pode ser positivo, mas esta deve ser suscetível às alterações de mercado, uma vez que este se altera constantemente. Dessa forma, mesmo a estabilidade sendo um dos requisitos para o sucesso, existe a necessidade de mudança para garantir a modernização e competitividade.

Segundo De lima (2020), “para que as melhorias nos processos e inovações aconteçam dentro da empresa, é necessário que se tenha uma gestão e uma estrutura organizacional que valorizem seus profissionais e que incentivem mudanças”. Dessa maneira, verifica-se que todo o processo de criação, implantação e êxito da estratégia de uma organização é influenciado por sua cultura. Assim, constata-se que acompanhar e analisar as mudanças constantemente, constitui estratégia fundamental para as instituições, sobretudo na seara de segurança pública, onde as práticas visam entender e lidar com as demandas sociais.

Rodrigues (2010), ao discorrer sobre o desafio da gestão da Polícia Militar em fortalecer o diálogo entre o policial militar e o cidadão, evidencia pontos necessários para o entendimento das dinâmicas sociais. Além disso, o autor caracteriza que a “cultura organizacional deve ser administrada considerando seus aspectos internos e externos à organização”. Dessa forma, a instituição policial deve buscar sempre manter sua cultura organizacional em constante desenvolvimento, de modo a promover o correto emprego de recursos face às demandas da sociedade.

Gestão do conhecimento

Takeuchi e Nonaka (2008), em sua Teoria da Espiral do Conhecimento, dividem o conhecimento em duas dimensões: a epistemológica e a ontológica. Os autores caracterizam que o conhecimento tácito é pessoal, específico ao contexto e o conhecimento explícito refere-se ao que é transmissível na linguagem formal sistemática. Já Davenport e Prusak (1998), evidenciam que “o conhecimento pode ser comparado a um sistema vivo, que cresce e se modifica à medida que interage com o meio ambiente”.

Com o enfoque no desempenho, Chiavenato (2003) afirma que a gestão do conhecimento visa a criação, organização disseminação e o aumento do conhecimento com o objetivo de melhorar o desempenho institucional. O autor ainda afirma que o conhecimento é elemento essencial de transformação institucional. Nesse sentido, a gestão do conhecimento baseada em práticas sistematizadas e inovadoras faz-se necessária, de modo a permitir a criação de uma cultura

organizacional que não esteja alheia às necessidades contextuais.

Hamada (2020, p. 64), evidencia que “As organizações contemporâneas têm investido cada vez mais na gestão do conhecimento como elemento estratégico para ser traduzida em vantagem competitiva “. O autor ainda afirma que dessa forma, as organizações passam a inserir nos seus processos internos as práticas exitosas, que refletem resultados positivos, transformando conhecimento tácito em conhecimento explícito.

Segundo Júnior (2021), a atividade de segurança pública demanda que o policial possua em sua aprendizagem uma diversidade e aprofundamento de conhecimentos, de modo que amplie seu horizonte cultural. Para tanto, é necessário um adequado processo educativo contínuo, composto de características críticas, construtivas, criativas e reflexivas, lastreado pela reafirmação de valores éticos, de modo a construir relações integradoras entre os envolvidos.

A Polícia Rodoviária Federal

A PRF foi criada no ano de 1928, pelo então Presidente da República, Washington Luís, com o nome de “Polícia das Estradas”. Conhecido pelo lema "governar é abrir estradas", advindo da campanha ao governo do Estado de São Paulo em 1920, Washington Luís inaugurou no ano de 1928 a Rodovia Rio – Petrópolis, considerada a primeira rodovia asfaltada do país (POLTRONIERI, 2021).

Academicamente, é classificada como órgão permanente de Estado, estruturado em carreira cujas competências estão dispostas constitucionalmente, possuindo como finalidade precípua o patrulhamento ostensivo em rodovias federais (BRASIL, 1988). Além disso, como órgão de segurança pública, também possui competências dispostas em outros diplomas jurídicos especiais. Através da Diretoria de Operações - DIOP, a PRF implementa as Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime – OT's, que são ações operacionais de nível nacional ou regional, precedidas por eventos de disseminação de conhecimento relacionados às técnicas e táticas de policiamento, (PRF, 2019).

Atualmente, a PRF está presente em todos os estados do Brasil, possuindo em sua estrutura 27 Superintendências Regionais, uma Universidade Corporativa, localizada em Florianópolis/SC e uma Sede Nacional, em Brasília/DF. Observada sua estrutura, verifica-se no que concerne ao enfrentamento da criminalidade, cabe à Diretoria de Operações o planejamento das ações ostensivas, (BRASIL, 2019). Assim, de modo a vencer os desafios institucionais e a grande complexidade de ações relacionadas à atividade finalística da PRF, verifica-se a necessidade do constante aprimoramento dos conhecimentos de cada profissional da instituição.

Histórico das Operações Temáticas de enfrentamento ao Crime

Dentro da estrutura Operacional, a DCC era a unidade responsável pelas diretrizes de planejamento, acompanhamento, promoção e execução de ações de enfrentamento ao crime no âmbito nacional, bem como outras atribuições dispostas no então Regimento Interno da PRF, (MJ, 2007). Em 2016 sucedeu-se a renomeação da DCC para Comando de Operações Especiais, ainda como Divisão, posteriormente houve a elevação hierárquica para Coordenação e, atualmente, sua estrutura é de Coordenação-Geral. Cumpre ressaltar que as ações e operações desencadeadas pelo COE, tem por finalidade o suporte tático e operacional às Superintendências Regionais da Polícia Rodoviária Federal nas áreas de policiamento ordinário e especializado (PRF, 2021).

Segundo Labrousse (2010), “a guerra às drogas envolve Estados e grupos não estatais que circulam pelo planeta, mas que também se fixam em favelas, becos, morros, selvas”. Nesse sentido, analisando, as características correlacionadas às atividades criminosas, tais como sazonalidade, migração e similaridades, a gestão da DCC vislumbrou a possibilidade de sistematizar e disseminar o conhecimento empírico dos policiais de para todo o efetivo da Instituição (PRF, 2021). Para tanto, verificou-se o tipo penal, sob a ótica geopolítica e fatores socioeconômicos, bem como a expertise policial das regiões de fronteira, caracterizada pelas boas práticas de policiamento, aprimoradas técnicas de fiscalização minuciosa e pelo expressivo número de apreensões características.

Segundo Zenone (2020), a visão estratégica implica pensar e raciocinar em relação ao futuro, destacando metas e objetivos a longo prazo. Trata-se de uma maneira diferente de ver as partes internas e externas do mercado, a partir de uma visão do todo, e não apenas das partes integrantes, procurando coordenar ações futuras que solucionem os problemas da empresa.

Nesse sentido, verificando as características correlacionadas às atividades criminosas, tais como sazonalidade, migração, similaridades, ótica geopolítica e fatores socioeconômicos, a PRF ampliou o rol de iniciativas operacionais. Dessa forma, as OT's ganharam maior relevância, com participação de outras instituições, tornando-se ações referenciais de cunho interministerial, como é o caso da Operação Temática de Combate aos Crimes contra o Fisco e a Saúde Pública - OTEFIS, (VIDIGAL, 2014). O quadro a seguir exemplifica os tipos de Operações Temáticas de Enfrentamento ao crime existente:

Quadro 1: Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime

OPERAÇÃO TEMÁTICA	ENFOQUE	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES
OTENARCO	Operação Temática de Enfrentamento ao Narcotráfico- Primeira OT desenvolvida pela DCC. Enfoque principal na repressão ao narcotráfico.	Receita Federal do Brasil - RFB, Polícia Federal - PF, e Forças Armadas.
OTEVEIC	Operação Temática de Enfrentamento às Fraudes Veiculares - Tendo em vista que um veículo adulterado é de baixo custo, configurando baixo risco, devido ao fato do não relacionamento do proprietário do veículo com o responsável pelo transporte de produtos ilícitos.	Departamentos Estaduais de Trânsito – DETRANs e as Polícias Cíveis dos Estados -
OTECA	Operação Temática de Enfrentamento aos Crimes Ambientais – Enfoque na atuação nos diversos biomas do país.	IBAMA e ICMBIO
OTEFIS	Operação Temática de Enfrentamento aos Crimes de Fisco e Saúde Pública. Enfoque principal na repressão aos crimes de contrabando, fisco e saúde Pública.	RFB, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Agências estaduais de Vigilância sanitária
OTCDH	Operação Temática de Enfrentamento aos Crimes Contra os Direitos Humanos. Enfoque policial da atividade- finalística da instituição na atuação em temas de Direitos Humanos.	Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Secretaria Especial do Trabalho

Fonte: elaboração pelo autor (2020).

Ressalta-se que, nos cinco tipos de operações temáticas descritos no quadro 1, além de promover a especialização no enfrentamento ao crime e, visando garantir maior efetividade e melhores resultados operacionais os policiais participantes destes eventos são previamente capacitados dentro da respectiva temática (DEFANI, 2017).

Processo Metodológico

Fuzzi (2010) aponta que “A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados”. Além disso, a autora afirma que a pesquisa de campo é utilizada para o estudo de instituições, grupos e indivíduos, visando a compreensão dos aspectos relacionais. Dessa forma, a depender das técnicas empregadas, a pesquisa de campo será classificada como de abordagem qualitativa ou quantitativa (FUZZI, 2010).

Ao discorrer sobre pesquisas exploratórias, Gil (2002), afirma que estas objetivam “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Dessa forma, tais pesquisas visam o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

O autor ainda discorre sobre a pesquisa de campo, evidenciando seu foco em uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, e sendo desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas, geralmente conjugadas com análise de documentos, (GIL, 2002).

Assim, pode-se afirmar com fulcro na aplicação do questionário estruturado e das pesquisas documentais realizadas, que a metodologia adotada para essa pesquisa é de base exploratória e descritiva.

Também, procedeu-se a coleta de variadas fontes sobre gestão do conhecimento, o estudo valeu-se de pesquisa documental no institucional de modo a sistematizar a criação das operações temáticas como ferramentas de disseminação do conhecimento. Além disso, a pesquisa foi realizada com o efetivo da Polícia Rodoviária Federal, que possui aproximadamente 10.000 policiais, através de questionário estruturado, desenvolvido a partir do Google Forms, aplicativo da Google que permite a criação, compartilhamento e disponibilização de formulários na web. Posteriormente fora encaminhado aos policiais rodoviários federais de todo o país e respondido durante o mês de fevereiro de 2020. O universo desse estudo compõe-se de aproximadamente 10 mil policiais, tendo como amostra a quantidade de 1.323 respondentes.

Resultados e Discussões

Neste ponto, passaremos a analisar a sistematização das OT's como ferramentas de gestão do conhecimento, tendo como norte a literatura desenvolvida na seara de gestão de pessoas. Posteriormente, discorreremos sobre a percepção dessas iniciativas operacionais pelos participantes da PRF.

Segundo Franco, Rodrigues e Cazela (2012), as formas de compartilhar informações em uma instituição são de responsabilidade do gestor. Assim, este deve buscar ferramentas de disseminação do conhecimento para alcançar o maior número de atores organizacionais, de modo que estes atores passem a desenvolver suas atividades pautados em informações e experiências vivenciados e internalizados, fator essencial para a atividade policial. É justamente nesse cenário que, ao conjugar os objetivos institucionais com as necessidades sociais, as OT's ganham espaço no ambiente organizacional. Afinal, além de disseminar as atualizações dos diplomas jurídicos envolvendo a atividade policial também levam ao efetivo o emprego de técnicas policiais mais dinâmicas e adequadas, atualizando o conhecimento já iniciado quando da formação policial e garantindo a atualização de conhecimentos de forma prática e com resultados institucionais imediatos.

As OT's são divididas em três fases: a fase preparatória, que consiste em um estudo detalhado, em conjunto com as Unidades Desconcentradas da PRF; a fase de execução, que compreende uma etapa teórico-prática e uma fase pós-operatória, a qual compreende uma análise pós-ação (PRF, 2021).

A fase preparatória consiste em uma análise detalhada de variáveis envolvendo: estatísticas criminais; os custos da ação; a capacidade de integração com outras instituições; os resultados alcançáveis após a execução da OT e o público-alvo (PRF, 2021). Conforme Torres (1994), o “controle da economicidade significa controle da eficiência na gestão financeira e na execução orçamentária, consubstanciada na minimização de custos e gastos público”. Nesse sentido, as Operações Temáticas possuem a característica de gestão eficiente de recursos. Uma vez que é caracterizada como uma ação operacional em serviço, não ensejando despesas como Gratificação de Encargo de Curso e Concurso, ou posterior reposição de horas, conforme disposto no artigo 76-A da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (BRASIL, 1990).

Finalizada a fase preparatória, inicia-se a fase de execução, que possui duas etapas, as quais são desenvolvidas durante as atividades operacionais: etapa teórico-prática caracterizada por problemas baseados em estudos de caso; e etapa operativa, caracterizada pela aplicação direta do conhecimento (PRF, 2021).

A etapa teórico-prática, baseia-se nos ensinamentos de Klein (2020), o qual afirma que o aluno aprimora o pensamento crítico e desenvolve seu potencial intelectual, à medida que se depara com desafios. Desta forma, a problematização de situações que ocorre nessa etapa, visa que os participantes desenvolvam as habilidades inerentes ao eixo de conhecimento. Outro aspecto observado é o fato de que geralmente a prática delituosa combatida por cada operação envolve crimes conexos, motivo pelo qual é enfatizada a necessidade da fiscalização detalhada em todos os aspectos. Ainda nessa fase são expostos os normativos jurídicos vigentes e relacionados à OT em tela.

A etapa operativa é desenvolvida em locais predeterminados, pressupostos de controle e aprimoramento (PRF, 2021). Assim, as OT's ocorrem em ambientes relacionados à vertente da operação, sendo desenvolvida de forma a adequar o contexto operacional, sob o prisma tático, incluindo a participação de outras instituições.

Machado et al. (2005), discorrem sobre a conversão e a junção do conhecimento tácito e explícito, de modo que exemplificam quatro modelos: Socialização, Externalização, Combinação e

Internalização. Os autores apontam nos modelos como os conhecimentos são relacionados na organização e como podem ser mais bem aproveitados. Dessa maneira, uma vez que a OT tem enfoque na aplicação direta dos conhecimentos adquiridos pelos participantes, evidencia-se que a interação permanente dos conhecimentos tácito e explícito entre os participantes das OT's possibilitam o alcance de um dos propósitos, a inovação em técnicas policiais eficientes.

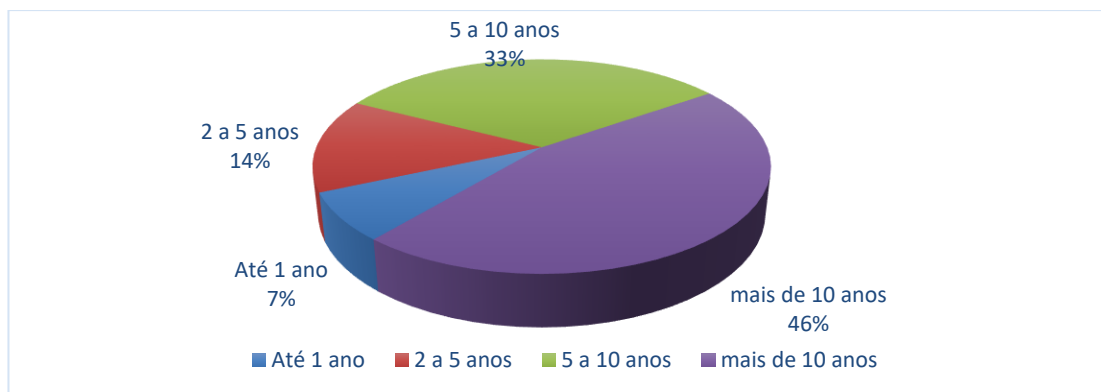
Ao final da fase de execução, inicia-se a fase pós-operatória, a qual consiste em análises pós-ação, onde são apontados os aspectos positivos, pontos a melhorar e considerações gerais, (BRASIL, 2021). Segundo Lacruz e Américo (2018), a análise pós-ação é de grande valia para o aprimoramento de atividades institucionais. Nesse sentido, após a reunião final da operação, cabe ao coordenador da operação elaborar e encaminhar à Diretoria de Operações, o relatório técnico contendo: o resultado operacional, o aproveitamento técnico, pontos positivos e a melhorar, registros fotográficos e relatos detalhados de ocorrências da operação.

Por fim, os relatórios são analisados pelas áreas responsáveis da Diretoria de Operações, com o intuito de aprimorar a sistemática operacional e posterior encaminhamento às Unidades Desconcentradas da PRF. Dessa forma, a finalidade de auferir os resultados operacionais em períodos subsequentes à execução da OT é cumprida com o envolvimento de mais gestores da instituição.

No mês de fevereiro de 2020, foi realizada pesquisa de campo com 1.323 (mil e trezentos e vinte três) policiais rodoviários federais, com a finalidade de levantar uma amostragem daqueles que já participaram de uma Operação Temática, que tem interesse em participar e das impressões que têm sobre as OT's. Assim, foi elaborado um questionário com perguntas estruturadas, as quais objetivavam a impressão sobre aspectos gerais e profissionais relacionados às Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime. Destarte, após agrupar o grupo de respostas de cada pergunta foram elaborados os gráficos a seguir, de maneira a prover uma forma mais intuitiva para verificação dos resultados.

A primeira pergunta visava mensurar o tempo de instituição do participante. Dessa forma, seria possível verificar a experiência profissional do policial rodoviário federal que compõe a força de trabalho nas OT's. Os resultados foram dispostos através do gráfico 01, a seguir:

Gráfico 1: Amostra da pesquisa de campo.



n = 1.323 respondentes

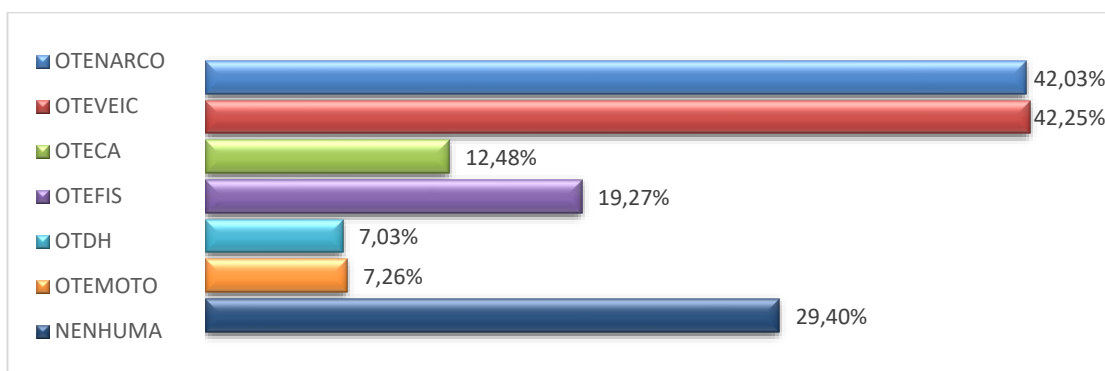
Fonte: elaboração pelo autor (2020).

A partir do gráfico 1, constatamos que 79% dos participantes da pesquisa possuem mais de cinco anos de instituição. O perfil de participantes com mais tempo de serviço contribui para uma análise mais crítica das iniciativas operacionais desenvolvidas, haja vista que, além da participação nos eventos de capacitação continuada disponibilizadas pela seara de ensino, esses policiais possuem mais experiência na rotina policial.

O gráfico 2 apresenta a quantidade de participantes por modalidade de Operação Temática. Dessa maneira, objetiva-se verificar a participação dos colaboradores em quais operações e se estes participaram em mais de um tipo de iniciativa operacional.

Podemos verificar através do gráfico 2 que pouco mais de 70 % dos colaboradores da pesquisa já haviam participado no mínimo de uma edição de Operação Temática. Destarte, depreende-se que, devido ao fato da iniciativa ser atrativa, esta enseja que o colaborador seja voluntário para participar mais vezes.

Gráfico 2: Participações em Operações Temáticas

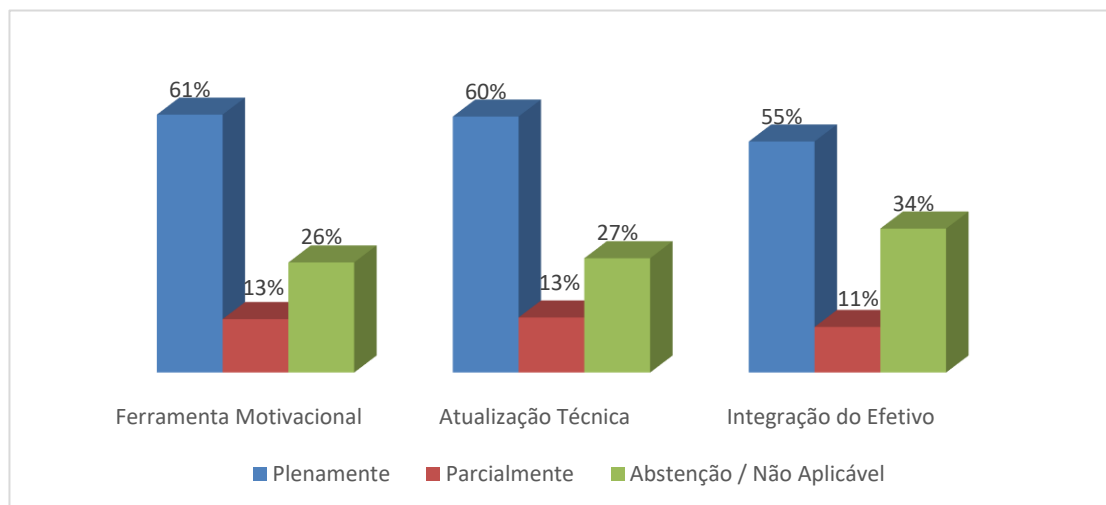


n = 1.323 respondentes

Fonte: elaboração pelo autor (2020).

Já o gráfico 3, visa mensurar a percepção dos participantes sobre o cumprimento dos objetivos das OT's. Tais objetivos concernem aos aspectos motivacionais, aos aspectos de atualização técnica e de integração do efetivo.

Gráfico 3: Cumprimento dos objetivos



n = 1.323 respondentes

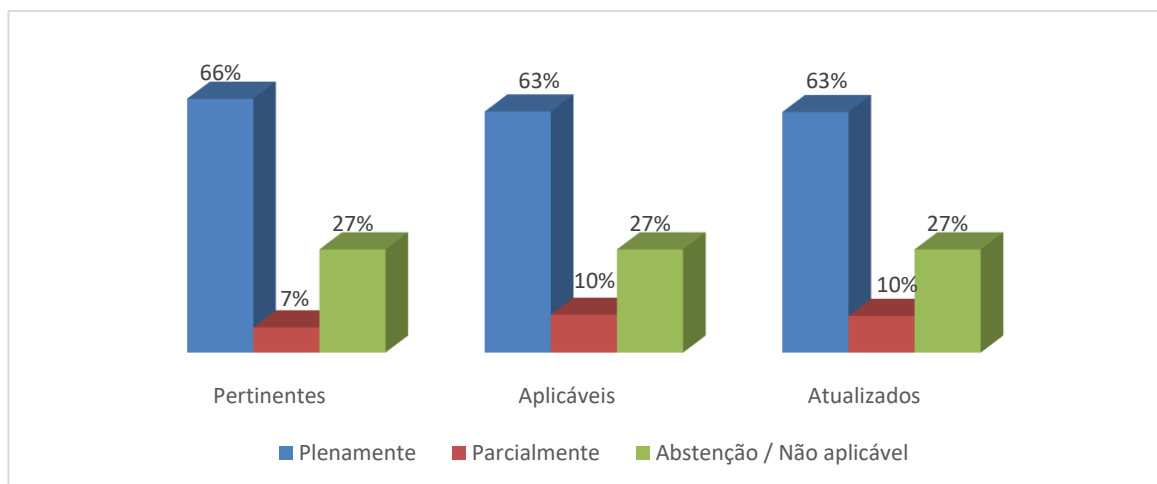
Fonte: elaboração pelo autor (2020).

Observando o Gráfico 3, podemos verificar que 61% dos participantes da pesquisa, informam que as OT's cumprem de maneira plena os objetivos de motivar o colaborador e que 13% acreditam que as OT's cumprem tal papel parcialmente; 60% dos participantes informam que a atualização se dá plenamente e 13% informam que a atualização é parcial. Nos aspectos de integração do efetivo, 55% dos colaboradores informaram que a integração se deu de forma plena enquanto 11% informaram que a integração ocorre parcialmente. Entre 26% e 34% optaram por se abster ou não entender aplicável.

O gráfico 4 dispõe sobre a percepção dos participantes sobre o conteúdo dos conhecimentos. A pertinência, aplicabilidade e atualização dos conteúdos configuram um outro fator de atratividade para a participação em Operações Temáticas.

Através do gráfico 4, verificamos que 73% dos participantes avaliam os conhecimentos repassados como plenamente pertinentes ou parcialmente pertinentes. De igual forma, 73% dos participantes avaliam os conhecimentos aplicáveis e atualizados. Dentre os participantes, 27% optaram por não informar.

Gráfico 4: Aplicabilidade, pertinência e atualidade dos conhecimentos repassados



n = 1.323 respondentes

Fonte: elaboração pelo autor (2020).

O gráfico 5 demonstra o ponto de vista dos participantes sobre a importância de uma Operação Temática para a atividade profissional policial.

Gráfico 05: Importância na atividade profissional



n = 1.323 respondentes

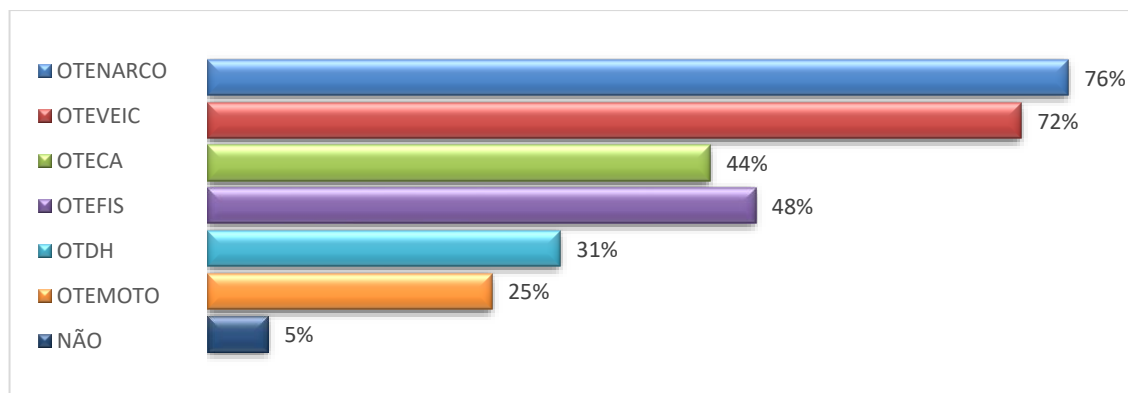
Fonte: elaboração pelo autor (2020).

Neste Sentido, podemos observar, por meio do gráfico 5, que 84% dos participantes informam que as OT's possuem muita importância na atividade profissional. Enquanto 15% consideram importantes. Somente 1% considera a atividade pouco importante ou sem importância. Ressalta-se que o universo de 99% dos participantes informa da importância das Operações Temáticas na atividade profissional.

O gráfico 6 trata sobre o interesse dos policiais na participação em Operações Temáticas. Dessa forma foram evidenciadas as modalidades para que fosse indicada qual o policial teria a intenção

de participar.

Gráfico 6: Interesse em participação (1.323).



n = 1.323 respondentes

Fonte: elaboração pelo autor (2020).

Através do gráfico 06, podemos verificar que 95% dos colaboradores têm interesse em participar de uma Operação Temática. O que reflete uma capacidade das OT's em atrair e motivar na participação em eventos de disseminação do conhecimento.

Sobre o efetivo participante da pesquisa, infere-se que em torno de 70% já participou de alguma Operação Temática. Com relação às avaliações de motivação, conhecimento pertinente e válido, verificamos a mesma média de 70% avaliando as OT's positivamente. Igualmente, verifica-se que o efetivo de 30% dos participantes nunca participou das OT's, todavia demonstram interesse na participação, o que foi verificado através de 95 % dos participantes. De forma semelhante, vemos que 99% dos participantes informam que as temáticas são de característica importante ou muito importante para a atuação profissional.

Considerações Finais

O trabalho apresentou características relevantes, concernentes à disseminação do conhecimento tácito e explícito, dentro da instituição. Outrossim, demonstrou que a implementação das Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime possui embasamento em processos transversais, com fulcro nos princípios da administração pública e diretrizes estratégicas da instituição.

Ao discorrer sobre as OT's, visualizou-se a preocupação do pesquisador em abordar a concepção histórica e o advento das diferenciadas vertentes da fiscalização especializada. De igual forma, retratou-se de maneira analítica o processo de implementação das OT's, evidenciando o planejamento nos aspectos orçamentários, operacionais e de disseminação dos conhecimentos.

É oportuno salientar que o universo de 99% dos colaboradores participantes da pesquisa realizada considera as OT's importantes ou muito importantes para as atividades profissionais.

As Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime desenvolvidas no âmbito da Polícia Rodoviária Federal configuram um ponto de partida valioso para Gestão do Conhecimento na esfera operacional, haja vista que comungam a teoria e prática policial, aliadas à aplicação direta de conhecimentos no teatro de operações real.

No entanto, é importante destacar as limitações do estudo, relacionadas principalmente com a necessidade de avaliar a percepção dos gestores e refletir sobre situações peculiares no estudo do fenômeno humano. Frente a tais limitações esta pesquisa almeja abrir novas alternativas de pesquisa exploratória sobre o tema.

Enfim, espera-se que a discussão proposta contribua para uma reflexão crítica quanto às formas de conhecimento policial que são oferecidos aos servidores em exercício, de maneira que não fique restrita à promoção de iniciativas de atualização desprovidas de conteúdo eficiente e de ações de baixo resultado institucional imediato. É importante que os atores de segurança pública vislumbrem possibilidades mais dinâmicas e efetivas de atualização profissional de modo a proceder o estímulo dos servidores antigos e potencializar o aprimoramento do capital humano da instituição e, por conseguinte, entregas de excelência à sociedade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil DE 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.662, de 1 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9662.htm. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019**. Altera o Decreto nº 9.662. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10073.htm. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 06 dez. 2021.

CASTRO BELO, Livio. **A gestão de Recursos Humanos na SEPM: Um estudo de caso**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30310/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Vers%c3%a3o%20Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 06 dez. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. A Administração e suas Perspectivas: Delineando o Papel da Administração. In: CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DAVENPORT, Thomas. H.; PRUSAK, Laurance. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DEFANI, Leonardo Caron et al. **A formação da fundada suspeita na atividade policial**: aspectos legais do procedimento de abordagem e busca pessoal conduzidas pelo policial rodoviário federal. 2017. Monografia (Especialização em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017. Disponível em: https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/317/1/TCCP_2017_Leonardo%20Caron%20Defani.pdf. Acesso em 08 nov. 2021.

DE LIMA, Vanessa Matildes. A valorização do Capital Humano e suas contribuições para organizações. **Revista GeTeC**, v. 9, n. 23, 2020. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/getec/article/view/2251/1397>. Acesso 06 dez. 2021.

FERREIRA, Káritta Borges; COSTA, Vital Henrique Barbosa. **Cultura Organizacional e sua influência no comportamento dos colaboradores**. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade Padrão, Goiânia, 2014.

FERNANDES, Marianna. **A atuação da Polícia Rodoviária Federal nas estradas**. 2021. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade do sul de Santa Catarina, Araranguá, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14254/1/Marianna%20Fernandes%20TC C.pdf>. Acesso em 06 dez. 2021.

FRANCO, Décio Henrique; RODRIGUES, Edna de Almeida.; CAZELA, Moisés Miguel. **Tecnologias e ferramentas de gestão**. Campinas: Alínea, 2012.

FUZZI, Ludmila Pena. **O que é a pesquisa de campo?** 2010. Disponível em: <https://profludfuzzimetodologia.blogspot.com/2010/03/o-que-e-pesquisa-de-campo.html>. Acessado em: 06 dez. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires. **Gestão do Conhecimento e de Boas práticas na segurança pública**. Catu: Bordô-Grená, 2021.

HOFSTEDE, Geert.; HOFSTEDE, Gert Jan.; MINKOV, Michael. **Cultures and Organizations: Software of the Mind**. Estados Unidos: The McGraw-Hill Companies, 2010.

KLEIN, Niumar André; AHLERT, Edson Moacir. Aprendizagem baseada em problemas como metodologia ativa na educação profissional. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 11, n. 4, 2020. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/2398>. Acesso em 07 dez. 2021.

JÚNIOR, João Daniel Coelho; CÂNDIDO, Ana Clara. Gestão das informações sobre treinamentos de agentes de segurança pública. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 8, n. 1, p. 6-12, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/67252/38724>. Acesso em 07 nov. 2021.

JÚNIOR, José Roberto Rosas; LANGHI, Celi; PETEROSS, Helena Gemignani. Capacitação profissional na polícia militar do estado de São Paulo. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 13, n. 29, p. 325-339, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1038/908>. Acesso em 11 nov. 2021.

LABROUSSE, Alain. **Geopolítica de las drogas**. Ediciones Trilce, 2010.

LACRUZ, Adonai Jose; AMÉRICO, Bruno Luiz. Influência do Debriefing no Aprendizado em Jogos de Empresas: Um Delineamento Experimental. **Brazilian Business Review**, v. 15, n. 2, p. 192-208, 2018.

MACHADO, Erika Santos et al. Capital Intelectual e Gestão do Conhecimento: desafios dos gestores de Recursos Humanos diante dos novos contextos de gerenciamento. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 19, n. 30, p. 3-9, 2016. Disponível em: <https://cienciasgerenciais.pgsskroton.com.br/article/view/3658>. Acesso 11 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007**. Aprova o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/Acesso/anexos-institucional/2007portariamj1375.pdf>. Acesso em 06 dez. 2021.

MORIN, Edgard. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.

POLTRONIERI, Willion Matheus. **Segurança pública: dever do Estado, direito e responsabilidade de todos**. 2016. Jus.com.br. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/53353/seguranca-publica-dever-do-estado-direito-eresponsabilidade-de-todos>. Acesso em 17 nov. 2021.

PRF. **Manual de Planejamento e Execução de Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime**. Brasília, DF, 2021.

PRF. Diretoria de Operações. **Portaria Nº 30/2019/DIROP, de 14 de março de 2019**. Brasília, DF, 2019.

PRF. **Polícia Rodoviária Federal: MAPEAR**. Disponível em: <https://www.prf.gov.br/agencia/wpcontent/uploads/2018/05/Projeto-Mapear.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020

RODRIGUES, Marcus Paulo Ruffeil. **Gestão da Polícia Militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadã**. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial, área de Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9041/1418705.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em 11 nov. 2021.

SANTANA, Guilherme Guimarães. **Recursos na Polícia Federal: o caso de delegacias de fronteiras**. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38270/1/2020_GuilhermeGuimar%c3%a3esSant%27Ana.pdf. Acesso em 11 nov. 2021.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

TORRES, Ricardo Lobo. O Tribunal de Contas e o controle da legalidade, economicidade e legitimidade. **Revista de informação legislativa**, p. 270, 1991. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176237/000488273.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso 06 dez. 2021.

VIDIGAL, Nathalia Mühlethaler. **A contrafação de propriedade intelectual e seus reflexos no mercado de luxo**: repercussão jurídica e políticas de combate. 2014. Monografia (Graduação em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5525/1/20853130.pdf>. Acesso em 06 dez. 2021.

ZENONE, Luiz Claudio. **Fundamentos do Marketing Estratégico**. Grupo Almedina, 2020.

Sobre o Autor

Fabio Elissandro Cassimiro Ramos

Policial Rodoviário Federal. Graduado em Segurança Pública (UNESA). Especialista em Altos Estudos em Defesa (ESG) e Educação (PUCRS). MBA em Educação Corporativa (UNESA).

Recebido: 10 mai. 2021

Aceito: 09 dez. 2021